



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

JOSENAIDE SOUZA FARIAS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NAS ESCOLAS DA REDE REGULAR DE SAPÉ-PB**

CAMPINA GRANDE-PB

2018

JOSENAIDE SOUZA FARIAS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NAS ESCOLAS DA REDE REGULAR DE SAPÉ-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Física Escolar.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luis Pessoa de Farias.

CAMPINA GRANDE-PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F224e Farias, Josenaide Souza.

Educação inclusiva [manuscrito] : Um olhar sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física nas Escolas da Rede Regular de Sapé-PB / Josenaide Souza Farias. - 2018.

24 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Álvaro Luis Pessoa de Farias, Coordenação do Curso de Especialização em Educação Física Escolar."

1. Educação Física. 2. Educação Física escolar. 3. Educação inclusiva.

21. ed. CDD 372.86

JOSENAIDE SOUZA FARIAS

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NAS ESCOLAS DA REDE REGULAR DE SAPÉ-PB**

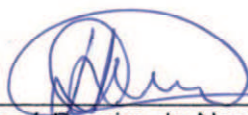
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Educação Física Escolar
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do
título de Especialista em Educação Física
Escolar.

Aprovada em: 08/06/2018

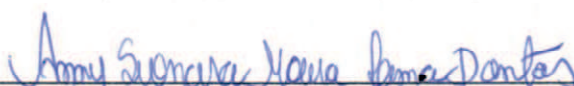
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Álvaro Luís Pessoa de Farias (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Pereira do Nascimento Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Anny Sionara Moura Lima Dantas
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NAS ESCOLAS DA REDE REGULAR DE SAPÉ-PB

JOSENAIDE SOUZA FARIAS

RESUMO

O Plano Nacional de Educação estabelece, em sua Meta 4, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Diante disso, este trabalho tem como objetivo, investigar como de fato ocorre esse processo de inclusão nas aulas de Educação Física nas escolas de ensino regular, mais especificamente dos anos finais do ensino fundamental do município de Sapé-PB. Observou-se como se estabelecem as práticas de inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino e buscou-se refletir sobre a literatura que trata da inclusão, as bases legais sobre a inclusão e a forma como ela acontece na rede regular de ensino. Assim, a metodologia utilizada foi uma análise qualitativa a partir da pesquisa documental, em que foram investigados os documentos que tratam da educação inclusiva, e a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais publicados nos últimos quatro anos, que discutem sobre o tema da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Os resultados desse estudo, mostraram que apesar dos avanços das políticas de Educação Inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais, necessita-se de mais investimentos em salas de atendimento educacional especializado, em recursos didáticos e em recursos humanos.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Rede Regular de Ensino. Educação Física.

INCLUSIVE EDUCATION: A LOOK AT THE INCLUSION OF STUDENTS WITH
SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN THE LESSONS OF PHYSICAL EDUCATION
IN THE SCHOOLS OF THE REGULAR NETWORK OF SAPÉ-PB

JOSENAIDE SOUZA FARIAS

ABSTRACT

The National Education Plan establishes, in Goal 4, access to basic education and specialized educational services for the population of four (4) to 17 (seventeen) years with disabilities, global developmental disorders and high skills or giftedness. The objective of this study is to investigate how this process of inclusion in physical education classes occurs in regular schools, specifically in the final years of elementary school in the city of Sapé-PB. It was observed how to establish the practices of inclusion of special students in the regular network of education and sought to reflect on the literature that deals with inclusion, the legal bases on inclusion and how it happens in the regular network of education. Thus, the methodology used was a qualitative analysis based on the documentary research, which investigated the documents that deal with inclusive education, and the bibliographic research, developed from materials published in the last four years, that discuss on the theme of inclusion of students with special educational needs in the regular education network. The results of this study showed that despite advances in Inclusive Education policies for students with special educational needs, more investments are needed in specialized educational services, teaching resources and human resources.

Keywords: Inclusive Education. Regular Network of Teaching. Physical Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NEEs	Necessidades Educacionais Especiais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERÊNCIAL TEÓRICO	10
	2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E REDE REGULAR DE ENSINO.....	10
	2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR.....	14
3	METODOLOGIA	19
4	CONCLUSÃO	20
	REFERENCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva, como um importante eixo do ensino, tem contribuído a partir do desenvolvimento de pesquisas, projetos e trabalhos para inovação nas práticas educacionais na área. Possibilitando mecanismos de atuação com atividades que visam estabelecer formas de ensino especializadas para integrar, incluir e desenvolver habilidades de alunos com necessidades educacionais específicas.

Ressaltando que essas contribuições científicas se defrontam com realidades múltiplas tornando o processo de ensino-aprendizagem cada vez mais complexo. Pois, tratar sobre Inclusão, requer lidar com experiências que esbarram nas linhas dessa vasta literatura sobre o tema. Ou seja, estamos falando na dificuldade de implementação de práticas que adequem os requisitos da Lei com a realidade encontrada nas escolas.

Portanto é na lacuna entre a Lei e a prática cotidiana que este trabalho busca refletir sobre a aplicação de uma das metas do Plano Nacional da Educação-PNE. Documento criado em 2014 com a finalidade de direcionar esforços e investimentos para a melhoria da qualidade da Educação no país. Trazendo metas, diretrizes e estratégias que devem reger as iniciativas na área para os próximos dez anos. Entre os principais desafios do plano, estão a evolução dos indicadores de alfabetização e inclusão, meta que necessita da colaboração de estados e municípios para ser atingida

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, 2014, p.11)

Ou seja, os estados e municípios, contando com o apoio federal, devem trabalhar conjuntamente no sentido de oferecer uma educação de qualidade, com compromisso e equidade. Oferecendo às pessoas com deficiência, transtornos

globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, um atendimento especializado e uma Educação Inclusiva.

De acordo com o Plano, as responsabilidades estão definidas, mas não há normas de cooperação suficientemente regulamentadas. Fazendo com que existam lacunas de articulação federativa que resultam em descontinuidades de políticas, desarticulação de programas, insuficiência de recursos, falta de planejamento estratégico, falta de apoio e incentivo a capacitação, entre outros problemas.

Esse atendimento especializado, citado na meta 4(quatro), encontra-se respaldado também na Constituição Federal de 1988, nos artigos 205, que trata da educação enquanto direito de **todos** visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e dever do estado e da família; e no artigo 208, inciso III, em que fala do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; definido pelo Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado em todos os níveis de ensino; e entre outros documentos como a Lei de Diretrizes e Bases-LDB (Lei nº 9694/96), Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei nº 8069/90), Lei da Acessibilidade (Lei nº 10.098/94), decretos, portarias, resoluções e documentos internacionais contidos no site do Ministério da Educação.

Segundo o disposto na LDB (Lei nº 9.394/1996), a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviço de apoio especializado (art. 58).

Assim, esse modelo de educação especial deve integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento desses educandos. Garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem dos mesmos, em classes comuns, em todos os níveis, etapas e modalidades. Mas, para isso é necessário a implantação de salas de recursos multifuncionais, ou seja, as salas de Atendimento Educacional Especializado; a formação continuada de professores para saber lidar com esses recursos; e articulação intersetorial entre os órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos.

ROPOLI (2010), em “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva”, descreve que a inclusão rompe com os

paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, questionando a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo identidades e diferenças, inserção e exclusão.

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que o poder institucional que permeia o currículo escolar preside a produção das identidades e das diferenças, definindo como normais e especiais não apenas os educandos, mas também as escolas; esse mesmo poder sente-se abalado com a proposta inclusiva de educação. Pois, a educação inclusiva questiona a artificialidade das identidades “ditas” normais e entende as diferenças como resultantes da multiplicidade. Trata-se de uma educação que garante o direito à diferença e não às diversidades.

Concebendo a escola como um espaço de todos, a educação inclusiva busca construir o conhecimento segundo as capacidades dos alunos, suas expressões de ideias e participação.

A educação inclusiva impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos, reconhecendo as diferenças, porém, buscando a participação e o progresso de todos e adotando novas práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão. Mas, será que essa “participação” e esse “progresso” ocorre de fato?

A metodologia utilizada foi uma análise qualitativa com base na observação e análise do campo de pesquisa: as escolas da rede regular de ensino de Sapé, mais especificamente, as escolas de ensino fundamental (anos finais). Desenvolvendo-se a partir do tipo de pesquisa documental, em que foram investigados os documentos que tratam da educação inclusiva, e a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais publicados nos últimos quatro anos, que discutem sobre o tema da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino.

Diante disso, este trabalho buscou investigar esse processo de inclusão nas aulas de Educação Física nas escolas de ensino fundamental da rede regular de Sapé-PB. Discutindo as bases legais que fundamentam o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas de ensino regular;

investigando os planos e estratégias pensados para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais; e refletindo como de fato, ocorre essa inclusão nas aulas de Educação Física, diante das limitações encontradas nesses ambientes.

2 . REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E REDE REGULAR DE ENSINO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases-LDB, em seu Capítulo V, Art. 58, que trata da Educação Especial, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. De forma que haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial e em função das condições específicas dos alunos.

Dessa forma, os sistemas de ensino devem assegurar a esses educandos currículos, métodos, técnicas, recursos e organização para atender às suas necessidades e professores com especialização adequada para o atendimento especializado e capacitados para a integração desses educandos em classes comuns.

Mas, mudanças para que a Educação inclusiva de fato ocorra não acontecem por acaso e nem por decreto. Se faz necessário vontade política do coletivo da escola, explicitadas no seu Projeto Político Pedagógico-PPP e vividas a partir de uma gestão democrática onde estejam envolvidos professores, gestores, especialistas, pais, alunos e outros profissionais que compõe uma rede educacional ou que podem trabalhar em parcerias.

Segundo ROPOLI (2010), uma das inovações trazidas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é o Atendimento Educacional Especializado-AEE, um serviço da educação especial que "[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que

eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas" (SEESP/MEC, 2008).

O motivo principal do AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola. (ROPOLI, 2010, p.18).

O Decreto Nº. 6.571, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB ao AEE de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, admitindo o cômputo duplo da matrícula desses alunos em classes comuns de ensino regular público e no AEE, concomitantemente, conforme registro no Censo Escolar.

Esse Decreto possibilita às redes de ensino o investimento na formação continuada de professores, na acessibilidade do espaço físico e do mobiliário escolar, na aquisição de novos recursos de tecnologia assistiva, entre outras ações previstas na manutenção e desenvolvimento do ensino para a organização e oferta do AEE, nas salas de recursos multifuncionais.

Mediante esse amparo legal que legitima a criação de Políticas Públicas para a educação, buscou-se com isso investigar a continuidade e a eficácia das mesmas, bem como os instrumentos oferecidos para que essa meta da Educação inclusiva seja alcançada.

Apenas para dar exemplos de como ocorre esse processo de inclusão nos municípios que são os responsáveis por priorizar o ensino fundamental, foram analisados alguns estudos sobre a temática. SERPA (2011), ao analisar o processo de inclusão em duas escolas da Paraíba, uma em Campina Grande e outra em Cajazeiras, cita alguns problemas que têm sido encontrados nesse processo: dificuldades dos professores em atender às necessidades diferenciadas das mais variadas crianças (com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação) que em geral chegam à escola somente aos seis anos de idade, com atrasos cognitivos, linguísticos e psicomotores consideráveis no desenvolvimento; e ausência de formação inicial que habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

SERPA (2011) relata ainda que, faltam definições e diretrizes políticas mais precisas para identificar os alunos com Necessidades Educacionais Especiais-NEEs no país; estando, ainda presente na escola, situações de rejeição aos estudantes com deficiência. Com relação à estrutura física adequada e materiais específicos, sabe-se que as escolas deixam muito a desejar para qualquer tipo de aluno, com ou sem deficiências. Principalmente, na rede pública o espaço quase sempre é caótico; com instalações precárias, sobretudo em termos de materiais didáticos.

SILVA (2011), em um trabalho que relata sobre a visão do professor acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular cita que:

Para garantir que todas as crianças tenham acesso as escolas de ensino regular foram promulgadas a lei de nº 8.069/90 mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a todas as crianças e adolescentes o direito de estudar, o direito à liberdade, o direito de brincar e de ter um convívio social, sempre respaldado em princípios que garantam sua total liberdade moral ou intelectual para reger a si mesmo, sendo do poder público a responsabilidade de garantir formalmente a permanência desses alunos nas redes regulares de ensino.(p.15)

Além do ECA, temos a Declaração de Salamanca (1994) como um marco histórico da inclusão; a LDB, que destina o capítulo V à Educação Especial; entre outros documentos que asseguram esse direito.

Ou seja, não falta fundamentação legal para a implementação da Educação Inclusiva. Mas para que esse processo seja uma realidade, são necessárias adaptações tanto nas praticas pedagógicas e dos processos avaliativos, como a consciência de reconhecer que as crianças com deficiência mental são capazes de interagir e aprender levando em consideração suas limitações e desenvolvimento individual em relação ao processo de aprendizagem.

Para SILVA (2011), em estudo realizado com professores da rede regular de ensino, o processo de inclusão é algo positivo, visto que a interação das crianças

com deficiência mental trará aprendizados para ambos, principalmente para os demais alunos que aprenderão a se relacionar e respeitar a diversidade. Assim, o processo inclusivo é um dos meios de tornar uma sociedade mais justa e igualitária, ensinando, antes de tudo, princípios voltados a aceitação do outro, ao respeito às diversidades culturais, de raça e de religião, buscando a quebra de paradigmas excludentes.

No entanto, mais uma vez a falta de apoio e incentivo à formação continuada (a respeito da diferença, às matérias do currículo, os estágio e a prática do ensino, que foram pensadas para crianças ditas normais) é citada como um problema para o desenvolvimento do trabalho do professor, que muitas vezes ainda se depara com turmas numerosas, dificultando um trabalho mais cuidadoso e minucioso.

FERREIRA (2006) apud SERPA (2011), esclarece que um dos desafios para a implementação de uma escola realmente inclusiva trata-se de preparar o(a) professor (a) para utilizar didáticas inovadoras nas salas de aula, ou seja, prepará-los (as) para educar na diversidade, eliminando modelos antigos de ensinar e apresentando outras oportunidades de aprendizagens, de forma mais igualitárias, flexibilizando e enriquecendo o currículo, e que favoreçam uma educação para todos os (as) estudantes.

Outro estudo sobre a educação inclusiva na rede municipal de ensino em Campina Grande – PB, SILVA (2016) mostra que os professores entrevistados revelam a necessidade de uma capacitação e formação continuada voltada para a educação inclusiva, que deveria ser oferecida pelo Município e/ou Estado; bem como a falta de um suporte maior por parte da sala de AEE às salas regulares. Nesse sentido torna-se difícil compreender porque dentro de uma política que visa atender com qualidade todos os alunos em salas regulares independente de suas limitações, não são oferecidas condições básicas para essa política de fato acontecer.

Um estudo realizado por SOUTO (2012) em torno do processo de inclusão no sistema regular de ensino, a partir da visão do professor de Educação Física nas escolas de Campina Grande-PB, mostra que apesar dos 73,1% dos professores entrevistados possuírem especialização, 46,1% dos professores obtiveram

informações sobre a Educação Física Especial e/ou Educação Física Adaptada durante a Graduação; e 34,6 % obtiveram esse conhecimento a partir de leituras independentes. Ou seja, um percentual muito pequeno de professores possuem curso de extensão, especialização e pós graduação na área.

A pesquisa mostrou ainda que dos professores entrevistados que apresentam ter algum tipo de conhecimento sobre a inclusão, cerca de 19,2% , apresentaram fatores que impedem que essa inclusão ocorra no sistema regular de ensino e em especial nas escolas da rede pública. Pelo fato das escolas limitarem o trabalho do professor, devido à falta de instalações e recursos adequados. O dado mais surpreendente foi que 61,6% dos professores entrevistados revelaram que não têm conhecimento suficiente para incluir um aluno deficiente em suas aulas.

Diante dessa situação, dois questionamentos importantíssimos surgem: Como a LDB 9.394/96 esta garantindo o cumprimento e efetivação da Educação Especial? E que resultados podemos obter dessa política de educação inclusiva na rede regular de ensino?

2.2 EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão social de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais vem se estabelecendo aos poucos. Dados do censo escolar da Educação Básica divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que em 2017 foi registrado um aumento no número de matrículas na Educação Especial, em todos os seguimentos. Aumento diretamente ligado ao surgimento de Políticas Públicas de Inclusão e maior conscientização da população de que a educação inclusiva é o melhor caminho para uma escola democrática.

Mas, é importante ressaltar que o fato de haver o aumento do número de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não significa que de fato a inclusão esta ocorrendo como esperado e que essas crianças estão tendo uma educação de qualidade. Pois, apenas inserir esse aluno na rede regular de ensino não é suficiente para demonstrar que a inclusão está ocorrendo, para isso são necessárias adaptações de acordo com as especificidades de cada

aluno, de acordo com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008).

Para Freire (2008) a inclusão não é somente um movimento educacional, mas social e político que visa pelos direitos daqueles que são “diferentes”. Compreendendo a inclusão de estudantes que frequentemente são excluídos da escola, seja pelas condições de gênero, classe, raça/etnia, deficiência, entre outros. Entretanto este trabalho visa discutir a inclusão educacional de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, mais especificamente nos anos finais do ensino fundamental, nas aulas de Educação Física no Município de Sapé-PB.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o papel destinado à Educação Física para aqueles considerados, no documento, como portadores de necessidades especiais, enfatiza que:

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria dos portadores de necessidades especiais tendem a ser excluídos das aulas de Educação Física. A participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, que levam este aluno a uma maior condição de consciência, em busca da sua futura independência. É fundamental, entretanto, que alguns cuidados sejam tomados. Em primeiro lugar, deve-se analisar o tipo de necessidade especial que esse aluno tem, pois existem diferentes tipos e graus de limitações, que requerem procedimentos específicos. [...] Esse aluno poderá participar dos jogos ou danças, por exemplo, criando-se um papel específico para sua atuação, onde cada limitação gerará um nível de solução, pois o desenvolvimento da percepção das possibilidades permite a sua conseqüente potencialização. O professor deve ser flexível, fazendo as adequações necessárias no plano gestual, nas regras das atividades, na utilização de materiais e do espaço para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como no grupo, todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão. Caminham, também nesta direção, a informação e a discussão sobre a participação de portadores de necessidades especiais em competições oficiais, adaptadas para cada condição específica, em que se pode valorizar a superação de limitações e impedimentos. Outro ponto importante é em relação a situações de vergonha e exposição nas aulas de Educação Física. A maioria das pessoas portadoras de deficiências tem traços fisionômicos, alterações morfológicas ou problemas de coordenação que as destacam das demais. Uma atitude positiva de todos diante dessas diferenças é algo que se construirá na convivência e que dependerá muito da postura pedagógica que o professor adotar concretamente nesta direção. A aula de Educação Física deve favorecer a construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do portador de necessidades especiais, e a convivência com ele pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, sem preconceitos (BRASIL, 1997, p. 56-57).

Apesar de não ser mais utilizado o termo portador de deficiência, os PCN's enfatizam muito bem a função da Educação Física na escola que se constitui como uma disciplina que insere o aluno na cultura corporal do movimento, através dos seus conteúdos: jogos, brincadeiras, esportes, lutas, atividades rítmicas e expressivas. Proporcionando a esses alunos conhecimentos sobre o corpo, cultura, esportes, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, motor e social e melhorando a sociabilidade e a questão da autoconfiança e autoestima.

Diante do exposto nesse documento, a Educação Física se constitui como um instrumento pedagógico de extrema importância na formação cidadã. E que se for utilizada de acordo com os objetivos propostos pode transformar paradigmas, quebrar preconceitos e derrubar barreiras invisíveis, mas que estão presentes em nossa sociedade.

No entanto, a falta de profissionais qualificados, de planejamento, de apoio educativo para a inclusão e de recursos materiais necessários, podem levar a Educação Física a excluir ainda mais esses alunos, uma vez que nela se encontra enraizada uma cultura desportiva e competitiva.

Para Teixeira e Zingano (2015) o ensino da Educação Física deve preocupar-se em estimular os/as alunos/as, sem distinção ou discriminação, buscando aumentar a autoestima e autoconfiança, desenvolvendo atividades que respeitem suas individualidades e diferenças. E que a criança com deficiência ou não, deve sentir-se parte integrante do contexto da aula, deve ter sua experiência valorizada e aprender a valorizar suas próprias conquistas.

Segundo Pereira (2012) a Educação Física tem um importante papel nas escolas, que é educar através do esporte, buscando a inclusão, a cooperação e o envolvimento de todos. Mas para isso é necessário repensar algumas práticas e concepções tradicionais que priorizam a competição e o rendimento.

Fiorini e Manzini (2014) apontam que professores de Educação Física têm encontrado dificuldades para atender estudantes com e sem deficiência na mesma turma. E essas dificuldades vêm de fatores como: formação, dificuldades atribuídas às especificidades de cada deficiência, ausência de laudos que especifiquem qual a deficiência ou síndrome que eles apresentam, ausência de recursos necessários

para desenvolver determinadas habilidades, número excessivo de alunos, entre outras barreiras que poderiam ser solucionadas com uma melhor articulação entre o poder público, a escola e os pais. Pois de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental:

Art. 41 O projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, deverão contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas e buscando a universalização do atendimento. Parágrafo único: Os recursos de acessibilidade são aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços. (BRASIL, 2010)

Ao investigar a forma como se dá a Inclusão e a Educação Especial na Cidade de Sapé-PB (município do estado da Paraíba, localizado na região geográfica de João Pessoa, com aproximadamente 52 mil habitantes em 2017, de acordo com dados do IBGE) foram mapeadas no município, 6 escolas de ensino fundamental, anos finais.

Pode-se perceber que das 6 (seis) escolas do Ensino Fundamental, anos finais, onde 4 (quatro) são da zona urbana e 2 (duas) da zona rural, apenas 3 (três) possuem Atendimento Educacional Especializado com sala de recursos. Das quais, 2 (duas) destas que possuem o AEE, no momento não estão funcionando porque o espaço físico em que se encontram os prédios estão em reforma. De forma que estas escolas que possuem esse atendimento estão funcionando temporariamente em outros prédios improvisados e totalmente desprovidos de adaptações e recursos, tanto físicos quanto pedagógicos.

Das 6 (seis) escolas de ensino fundamental, anos finais, mapeadas no município apenas 1 (uma) possui um espaço destinado às aulas de Educação Física, uma quadra em reforma, e as demais não apresentam nenhum espaço apropriado para a prática de atividades físicas. De forma que estas ocorrem em terrenos baldios dentro ou fora da escola ou pequenos espaços que são aproveitados pelos professores que também encontram dificuldades em relação à

falta de material disponível para trabalhar e à falta de cuidador e de intérprete em casos que são extremamente necessários a presença destes.

Diante dessa realidade, torna-se necessário enfatizar que quando falamos de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais não basta inserir o aluno na escola, mas assegurar condições reais para que sua participação seja efetiva e haja o desenvolvimento de suas potencialidades.

Além disso, o município não apresenta uma política de formação continuada de professores. Sendo o suporte pedagógico ausente ou insuficiente nesse processo. Muitos professores diante de tantas dificuldades e da falta de capacitação, procuram por conta própria cursos de capacitação para poder lidar com as inúmeras diferenças contidas na sala. Enquanto outros, pelo cansaço e comodidade preferem ignorar essa situação e dizer que está preparado e que realiza as atividades de inclusão com os alunos.

A falta de capacitação aparece como um empecilho importantíssimo para que a inclusão ocorra de fato, uma vez que, muitos alunos matriculados não possuem laudo médico e o professor não tem sensibilidade e nem capacitação para detectar as deficiências em meio à diversidade. Enquanto o poder público se preocupa com quantidade de alunos matriculados, notas e avaliações, as salas estão cada vez mais lotadas, com uma diversidade enorme de alunos que terminam sendo negligenciados por falta de uma educação especial mais estruturada.

Outro desafio para o professor é conseguir que numa sala, com aproximadamente 40 alunos, com conversas paralelas e tempo programado que o conteúdo seja assimilado e compreendido por todos de forma satisfatória. Pois sabemos que cada aluno tem capacidades diferentes e quando se trata de alunos com NEEs o processo de ensino aprendizagem é mais complexo, envolvendo o uso de outras metodologias e recursos. E se for uma turma onde além dos alunos ditos “normais” houver alunos com diferentes deficiências o aprendizado fica praticamente impossível de se realizar.

Isso dificulta o trabalho individual do professor com o aluno, que poderia ter suas capacidades, deficiências e potencialidades detectadas e trabalhadas a partir

da elaboração de atividades específicas e direcionadas para suas necessidades. Isso sim seria uma educação inclusiva.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa Bibliográfica, através de livros, monografias, teses e artigos que tratam do tema de Educação Inclusiva e Educação Física e que foram publicados em sites confiáveis nos últimos quatro anos.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses etc.[...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. (LAKATOS, MARCONI, 2010, p.166)

Nesse sentido a pesquisa foi realizada em sites de busca como o Google Acadêmico (<http://scholar.google.com.br>), que oferece uma maneira mais simples de pesquisar a literatura acadêmica de uma forma mais abrangente, e outros sites científicos, selecionando as palavras chave: Educação Inclusiva, Rede Regular de Ensino e Educação Física.

Além disso, também foi utilizada a pesquisa documental por meio de documentos públicos como a legislação específica e documentos internacionais contidos na página oficial do Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/>) bem como a legislação e documentos da Secretaria de Educação do Município de Sapé-PB.

Para Gil (2002, p.62-63), pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, a partir da pesquisa bibliográfica e documental foi realizado levantamento das fontes e realizadas as leituras e análise dos documentos de forma qualitativa.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto neste trabalho, pode-se perceber que quando falamos de educação inclusiva podemos nos referir a inclusão de gênero, classe social, diversidade cultural e étnica, entre outras. Mas é importante salientar que a educação inclusiva não é o mesmo que Educação Especial.

Esta deve ser um instrumento a favor da inclusão, capaz de assegurar que a inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais ocorra de fato, garantindo meios para promover o seu desenvolvimento mesmo diante das deficiências encontradas.

Uma vez que sem estratégia, recursos, capacitação adequada e adaptações necessárias não tem como ocorrer a educação inclusiva, mas apenas a inserção do aluno na escola de ensino regular e por muitas vezes a sua segregação.

Analisando trabalhos publicados a partir da visão dos professores de Educação Física e a inclusão nas aulas de E.F. escolar pôde-se perceber que apesar da determinação legal, do Conselho Federal de Educação em 1987, para a implantação de uma disciplina com essa temática nos currículos dos cursos superiores de Educação Física, os discentes desse curso não têm se sentido preparados para o trabalho com pessoas com deficiência. Necessitando de uma capacitação, especialização ou formação continuada para lidar com cada deficiência, transtorno ou singularidade.

Percebe-se que a formação continuada de professores se faz ainda mais necessária diante dos desafios da educação inclusiva e das limitações e dificuldades encontradas na escola. Muitos desses professores quando se deparam com esses desafios procuram por conta própria uma formação para que possa estar preparado para este trabalho, promovendo adaptações e criando um ambiente de aprendizado, igualdade e respeito às diferenças.

Mas, só o professor e o aluno não são os responsáveis pela educação inclusiva. São indispensáveis o apoio do poder público, da gestão escolar e dos pais para mudar essa realidade.

A pesquisa realizada revelou que a ideia de educação inclusiva pode ser muito insidiosa, uma vez que os alunos com necessidades educacionais especiais podem estar só fazendo parte de um cenário onde, na verdade, estão sendo segregados. E que muito se tem ainda para conquistar e estudar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 de set. de 2017.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Fundamental**. Ministério da Educação. Brasília, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 de set. de 2017.

. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental Educação Física**. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1997.

CARVALHO, *et al.* **A Percepção Dos Discentes De Educação Física Sobre A Inclusão Escolar: reconstruções por intervenção na formação inicial**. Motrivivência. V.29. Nº 50, p.153-169, maio de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n50p153/34004>. Acesso em: 16 de março de 2018.

FREIRE S. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1, 2008

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.. GIL, 2002

MACHADO, Roseli Belmonte. **Educação Física Escolar e Políticas de Inclusão: entre a gestão de riscos e o ensino**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 430-447, maio/ago. 2017 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>> .Acesso em: 17 de março de 2018.

. **Políticas de Inclusão e a Docência em Educação Física: uma reflexão sobre as práticas**. Rev. Bras. Ciênc. Esporte. [online]. 2017, vol.39, n.3, pp.261-

267. ISSN 0101-3289. <http://dx.doi.org/10.1016/j.rbce.2017.02.013>. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32892017000300261&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 17 de março de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NARO, Nathaly Maria Ferreira. **Educação Inclusiva: Uma Experiência na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde em Campina Grande-PB**. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. 2018.

Orientações Para Implementação Da Política De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192. Acesso em: 13 de abril, 2017.

Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação(2014-2024). Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>. Acesso em: 13 de abril, 2017.

RODRIGUES, David. **A Educação Física Perante A Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Publicado no Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, 24/25, pp. 73-81. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFelInclusaoDavidRodrigues.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2018.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva Da Educação Escolar: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de abril, 2017.

SERPA, Marta Helena Burity. **Modos Contemporâneos De Inclusão Escolar De Alunos E Alunas Com Deficiência E Dos Que Apresentam Transtornos Globais Do Desenvolvimento: Um Estudo De Casos Múltiplos Em Escolas Públicas Da Paraíba**. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Campina Grande. 2011. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~ppgcs/wp-content/uploads/2012/10/TESE-MARTA-HELENA-FINAL.pdf>. Acesso em: 13 de abril, 2017.

SILVA, Francisca Rikaely Luciano da. **Educação Inclusiva: Um Estudo Sobre O Processo De Inclusão Escolar Na Rede Municipal De Ensino De Campina Grande uma análise crítica.** 2016. Disponível em: http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA12_ID3775_23102016204526.pdf. Acesso em: 13 de abril, 2017.

SILVA, Patrícia Maria Andrade da. **A visão do professor acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência mental nas escolas de ensino regular.** 2011. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/2021>. Acesso em: 13 de abril, 2017.

SOUTO, Carlos Alberto Marinho de Araújo. **Processo de inclusão no sistema regular de ensino a partir da visão do professor de Educação Física.** 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/765/1/PDF%20-%20Carlos%20Alberto%20Marinho%20de%20Ara%C3%BAjo%20Souto.pdf>. Acesso em: 13 de abril, 2017.

SOUZA, Marinês Matter de. **Inclusão Educacional De Estudantes Com Deficiência: Práticas Pedagógicas Da Educação Física Na Escola.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização EaD Gênero e diversidade na Escola). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016

TEIXEIRA, R. G; ZINGANO E.M. **A importância da inclusão da criança autista nas aulas de educação física e seu impacto no desenvolvimento motor.** Trabalho apresentado para a Conclusão da Especialização na Uniasselvi, Porto Alegre, 2015.